



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

LEI Nº.2786, de 11 de Novembro de 2025.

DISPÕE SOBRE: Institui o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa (FECIDAT), autoriza a cessão dos direitos econômicos sobre a dívida ativa municipal, e dá outras providências.

MARQUEU SILVIO FRANÇA, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP., **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Monte Azul Paulista autorizado a instituir fundo orçamentário especial, denominado Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa (FECIDAT), e a ceder, de forma onerosa, os direitos econômicos decorrentes de créditos inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, relativos a impostos, taxas de qualquer espécie e origem, multas administrativas de natureza tributária e não tributária, multas contratuais, ressarcimentos, restituições e indenizações, exclusivamente a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos desta Lei, da Lei Complementar Federal nº 208, de 2 de julho de 2024, e da Lei Orgânica do Município.

§ 1º. O FECIDAT será constituído exclusivamente por créditos inadimplidos já inscritos em dívida ativa, estejam ou não parcelados, desde que não possuam exigibilidade suspensa, bem como pelas demais receitas oriundas de sua atuação.

§ 2º. Ficam excluídos da composição do Fundo os honorários advocatícios, judiciais ou extrajudiciais, que permanecerão devidos à Procuradoria do Município, nos termos da legislação vigente.

§ 3º. Os créditos mencionados no *caput* deste art. são aqueles administrados pela administração direta e indireta municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Art. 2º - A cessão dos direitos creditórios originados de créditos inscritos em dívida ativa, considerada como alienação de ativo público, observará, sem prejuízo de outras exigências legais:

I - a preservação da natureza do crédito cedido, incluindo suas garantias e privilégios legais;

II - a manutenção dos critérios de atualização monetária, juros, multas, condições de pagamento, vencimentos e demais disposições originalmente pactuadas entre o Município e o devedor, salvo nos casos de adesão a Programa Municipal de Recuperação Fiscal ou de Transação Tributária formalizados nos termos de legislação específica;

III - a preservação da prerrogativa exclusiva da administração municipal para promover a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originários;

IV - a realização mediante operação definitiva, sem responsabilidade ou obrigação de pagamento por parte do cedente perante o cessionário, permanecendo a obrigação de pagamento exclusivamente a cargo do devedor;

V - o alcance restrito ao direito autônomo de recebimento de crédito já regularmente constituído e reconhecido pelo devedor, inclusive por adesão a parcelamento;

VI - a vedação à realização da cessão nos 90 (noventa) dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo, salvo se o pagamento integral da cessão ocorrer antes do encerramento do mandato.

§ 1º - A cessão não extingue ou altera a obrigação principal do devedor, nem modifica as condições de pagamento, critérios de atualização ou datas de vencimento, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica mencionadas no inciso II deste artigo.

§ 2º - A cessão não transfere ao cessionário a prerrogativa de cobrança judicial ou extrajudicial dos créditos originários, que continuará sob a responsabilidade exclusiva dos órgãos competentes da administração pública municipal, inclusive quanto aos honorários advocatícios devidos à Procuradoria do Município.

§ 3º - A cessão será limitada ao estoque de créditos existentes e inscritos em dívida ativa até a data de publicação da respectiva lei municipal que conceder a autorização legislativa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

§ 4º - Os encargos financeiros decorrentes das operações realizadas com base nesta Lei serão suportados exclusivamente com os recursos arrecadados pelo FECIDAT.

§ 5º - Quando envolver créditos tributários, a cessão somente poderá incidir sobre aqueles regularmente constituídos por meio de lançamento nos termos do artigo 142 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e vencidos, vedada a cessão de obrigações tributárias ou créditos ainda não vencidos.

§ 6º - O valor nominal do direito creditório cedido compreenderá os montantes do principal, juros, multas e demais acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 3º - As cessões de direitos creditórios tributários realizadas nos termos desta Lei são consideradas atividades da administração tributária, não se aplicando a vedação constante do inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Tais cessões também não se caracterizam como operação de crédito ou antecipação de receita orçamentária, conforme os incisos III e IV do artigo 29 e o artigo 37 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo consideradas alienação definitiva de ativos públicos.

Art. 4º - Constituem receitas do FECIDAT:

I - os recursos obtidos com a cobrança dos créditos inadimplidos inscritos em dívida ativa;

II - os rendimentos decorrentes da aplicação financeira dos recursos do próprio Fundo.

Art. 5º - Os recursos financeiros oriundos das cessões de direitos creditórios vinculam-se às seguintes finalidades:

I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) devem ser destinados ao custeio de despesas com o regime próprio de previdência social dos servidores municipais;

II - aplicação em despesas de capital ou investimentos;

III - amortização de contratos de cessão, encargos financeiros e despesas operacionais decorrentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Art. 6º - A gestão do FECIDAT ficará a cargo da Secretaria Municipal de Gestão Pública, com acompanhamento da Procuradoria-Geral do Município e da Controladoria Geral do Município.

§ 1º - A securitização dos créditos de que trata esta Lei não implicará em qualquer responsabilidade financeira da Fazenda Municipal, tampouco configura garantia do Município quanto aos ativos cedidos.

§ 2º - Na hipótese de revogação ou modificação desta Lei que implique a interrupção ou alteração no fluxo de recursos destinados ao resgate dos ativos no mercado, o Município assumirá a responsabilidade de recompor os valores recebidos pelos investidores, acrescidos dos encargos contratuais pactuados.

Art. 7º - A administração municipal assegurará o sigilo das informações econômicas e financeiras dos contribuintes, durante todas as etapas do processo de cessão dos créditos tratados nesta Lei.

Art. 8º - A cessão de direitos creditórios poderá ser realizada por intermédio de sociedade de propósito específico, criada para esse fim pelo ente cedente, ou por entidade por ele controlada, sendo dispensada a licitação nesses casos.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, e
Publique-se.

Monte Azul Paulista, 11 de Novembro de 2025.


MARDQUEU SILVIO FRANÇA
Prefeito do Município
Monte Azul Paulista-SP.